

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILMº SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – DR. RAUL ALMEIDA DA PAZ

VERA CRUZ SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 04.278.447/0001-88, estabelecida à Av. Tancredo Neves, 274, Centro Empresarial Iguatemi, Bloco A, Salas 226/227, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP: 41.820-020, por meio de seu titular: Sr. JOILSON REIS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, inscrita no CPF sob o n.º 011.504.815-44, residente e domiciliado em Salvador-BA, inconformada com a decisão que CLASSIFICOU e HABILITOU a empresa CETRO RM SERVIÇOS LTDA no "PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2022", vem, interpor

#### RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO

expondo e requerendo o que se segue:

##### 1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O edital do certame em questão dispõe no ITEM 11 – DOS RECURSOS que:

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Esta recorrente manifestou-se acerca da interposição do Recurso Administrativo em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, ocorrida em 10/05/2023 (quarta-feira). Desse modo, o prazo de 03 (três) dias úteis tendo seu termo final em 15/05/2023 (segunda-feira) sendo, portanto, tempestivo.

##### 2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, visando realizar "Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro, auxiliar técnico e operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos" fez publicar o Edital do "PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023".

Encerrada a etapa competitiva do certame e, após análise realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, foi declarada vencedora, erroneamente, a empresa CETRO RM SERVIÇOS LTDA.

Acontece que a empresa ora declarada vencedora descumpriu exigências do edital apresentando proposta de preços e planilhas de custos em discordância com preceitos legais, bem como documentos de habilitação que não cumprem o exigido no instrumento convocatório, não devendo lograr êxito no andamento deste processo.

##### I. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA

Os valores apresentados em proposta de preços, bem como nas planilhas de custos das licitações precisam apresentar coerência com aqueles praticados no mercado, não sendo objetos de mera assunção de responsabilidade, apenas por via declaratória, já que a Administração Pública realiza processo licitatório visando resguardar o interesse público sabendo-se que ali está sendo, de todo modo, vinculada a proteção do interesse coletivo. Vejamos o que diz o art. 43 sobre o processamento e julgamento da licitação:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

Ademais, a Lei n.º 8.666/93 em seu art. 48, incisos I e II, traz o seguinte acerca da desclassificação de propostas consideradas inexequíveis:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

A empresa, na elaboração de sua proposta, deve considerar tanto os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a que está vinculada, como os custos operacionais, insumos a serem fornecidos, devendo considerá-los de maneira real e efetiva, sob pena de ter sua proposta considerada inexequível e, também, para não gerar prejuízos ao Poder Público.

No entanto, a licitante CETRO RM SERVIÇOS LTDA formulou proposta de preços a qual consta no item 2.2 GPS, FGTS e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES em percentual zerado (INSS 0,00%). Ora, o art. 9º da Lei 12.546/2011, traz que para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: I – a receita bruta deve ser considerada sem o ajuste de que trata o inciso VIII do art. 183 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ; II - exclui-se da base de cálculo das contribuições a receita bruta: a) de exportações; e b) decorrente de transporte internacional de carga; c)

reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo intangível representativo de direito de exploração, no caso de contratos de concessão de serviços públicos.

A Licitante CETRO RM SERVIÇOS LTDA não se enquadra em qualquer dos tipos legais, sendo tal autodeclaração de longe um artifício de modo a ludibriar este Tribunal.

Observe, nobre pregoeiro, que a diferença nos valores propostos pela empresa CETRO RM SERVIÇOS LTDA em contrapartida ao que a licitante deveria ter cotado realmente em sua proposta é gritante, extrapola qualquer possibilidade de execução contratual nos moldes propostos pelo Edital do presente certame.

Portanto, pode-se claramente observar que a proposta apresentada pela licitante declarada vencedora é totalmente contrária ao instrumento convocatório, aos princípios norteadores e a legislação vigente, não considerando os custos efetivos na prestação dos serviços, sendo comprovada a sua inexequibilidade.

Segundo Matheus Carvalho "O edital é a "lei" interna da licitação, e deve definir tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. (...) Sendo assim, pode-se dizer que o instrumento convocatório estabelece normas que obrigam os licitantes, bem como a própria Administração Pública, inclusive no que tange ao critério de escolha do vencedor a ser utilizado nas licitações.". (CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 7.ed.rev.ampl. e atual. Salvador: JuPODIVM, 2020.)

Com o intuito de apenas reduzir o preço sem atentar-se para o binômio preço-qualidade, a empresa declarada vencedora incorreu em inexequibilidade da proposta, pois não é provável ajustar tais planilhas com os valores vigentes sem majorar o preço proposto, novamente, demonstrando a inexequibilidade dos preços.

## II. DA MEDIDA JUDICIAL PERPETRADA (MANOBRA JURÍDICA)

Conforme item 2.8, i, não poderão participar desta licitação empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência. Contudo, apesar do subitem i.1 trazer que as entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação, estas deverão estar amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está APTA, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

Ora, no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

De acordo com o PARECER Nº 04 /2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU: III - Não cabe confundir duas situações processuais distintas na Lei de Recuperação de Empresas, já que quando a empresa devedora solicita a recuperação judicial e o juiz defere o seu processamento (art. 52, NLRJ), a requerente confessa seu estado de insolvência sem comprovar a sua viabilidade econômico-financeira que somente se dará com a aprovação ou ausência de objeção ao plano de recuperação, quando o juiz concederá a recuperação em si (art. 58, NLRJ). IV. Apenas na fase do art. 58 da Lei 11.101, de 2005, é que existe a recuperação judicial em sentido material. quando os atos tendentes a superar a situação de crise serão efetivamente praticados.

Na mesma toada, vale ressaltar, o disposto pela Administração Pública (Superintendência Regional da Receita Federal da 5ª Região Fiscal – SRRF05/RF) em pregão de objeto similar a este que "em contratações com dedicação exclusiva de mão de obra que envolve riscos trabalhistas, contratação de serviços indispensáveis que poderão vigor por diversos meses e cuja interrupção poderá levar a descontinuidade do serviço público não se pode perder de vista a supremacia do interesse público em detrimento do particular".

## DOS PEDIDOS

Pelo quanto exposto, requer digno-se em receber e processar o presente recurso administrativo, aplicando-se o princípio da eventualidade e fungibilidade, garantindo o exercício de direitos basilares, declarando a tempestividade da presente, aplicando efeito duplo, suspensivo e devolutivo, declarando, assim, INABILITADA do presente certame a empresa CETRO RM SERVIÇOS LTDA, retornando, após este ato, para fase de aceitação das propostas das licitantes subsequentes. Em respeito ao princípio da Eventualidade, caso não seja este o entendimento desta Douta Administração, que se digno em remeter a assessoria jurídica desta Administração para que forneça seu parecer, bem como que se remeta a instância hierárquica superior.

Termos em que

Pede deferimento.

Salvador/BA, 15 de maio de 2023.

VERA CRUZ SERVIÇOS LTDA  
CNPJ N.º 04.278.447/0001-88  
JOILSON REIS DOS SANTOS  
SÓCIO ADMINISTRADOR

**Fechar**